

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

José Cruz/Agência Senado



Herança destinada à saúde, segurança e educação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou Projeto de Lei (PL) 1.504/2019, que destina às áreas de saúde, educação ou assistência social os bens da pessoa que morrer sem deixar herdeiros. O texto do senador Jayme Campos (União-MT) recebeu relatório favorável da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) e segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no plenário. O PL altera o Código Civil (Lei 10.406, de 2002) para destinar a chamada herança vacante a serviços públicos de saúde, educação e assistência social. O texto permite ainda que os bens sejam cedidos a entidades filantrópicas, assistenciais ou educativas que prestem atendimento gratuito. Caso os bens sejam vendidos, o dinheiro deve ser aplicado naqueles serviços públicos.

Proposta nobre, porém difícil

Para o advogado Diego da Silva Viscardi, especializado em Planejamento Sucessório do Machado Associados, a proposta é nobre e importante, mas lembra que a linha sucessória prevista no direito brasileiro é extensa, incluindo descendentes, ascendentes, cônjuges e colaterais (irmãos, sobrinhos, tios, primos, sobrinho-neto e tio-avô). “Ou seja, para que seja declarada a vacância, nenhum herdeiro citado acima deve existir ou mesmo, existindo, todos devem renunciar a herança, o que torna a herança vacante pouco comum”, afirma.

TripeDivulgação/TCU



Editson Rodrigues/CB/D.A Press



TCU sob nova direção

O ministro Vital do Rêgo foi eleito presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). O vice será o ministro Jorge Oliveira. Eles tomarão posse na próxima quarta-feira (11/12) e entrarão em exercício a partir do dia 1º de janeiro para um mandato de um ano com possibilidade de recondução. Os dois ministros são oriundos da política. Formado em medicina e direito, Vital do Rêgo foi vereador por duas vezes, deputado estadual por três legislaturas, deputado federal e senador. Em 2014, por indicação do Senado, assumiu cargo de ministro do TCU. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Jorge Oliveira foi policial militar e ministro-chefe da Secretaria-geral da Presidência da República, no governo anterior.

Semestre em NY

Ao deixar a presidência do TCU, o ministro Bruno Dantas, que já esteve cotado para uma vaga no STF, permanece na Corte. Mas à distância. No próximo semestre, Dantas, que é pós-doutor em direito, embarca para os Estados Unidos, onde vai conduzir uma pesquisa sobre macro litigiosidade no Global Fellows Program da New York University School of Law.



Samuel Figueira/TCU

A base do financiamento da seguridade social

Especialista em direito previdenciário, o professor Wagner Balera, da PUC/SP, fará palestra no Congresso do IBET, hoje em São Paulo, com o tema é “O vai e vem da desoneração da folha e os impactos na Previdência Social”. “A reforma tributária ainda não definiu claramente qual será a base principal de financiamento da seguridade social. Mas, a contribuição sobre a folha, a mais antiga e tradicional, segue sendo referida no texto da Constituição. É a única que se destina, com exclusividade, a custear a Previdência Social, isto é, os benefícios pagos pelo INSS para segurados e dependentes. As oscilações sobre essa contribuição prejudicam diretamente a arrecadação previdenciária e revelam uma incrível falta de planejamento e de compreensão sobre os problemas previdenciários”, afirma.



Arquivo Pessoal

Racismo na Justiça

Profissionais negros e negras no Sistema de Justiça, independentemente do cargo que ocupam, sofrem frequentes microagressões além das violências explícitas. E são uma minoria. Embora pessoas pretas e pardas representem a maioria da população do país (55,5% segundo a edição de 2022 do Censo do IBGE), elas ocupam menos de 15% dos cargos na magistratura e cerca de 30% dos postos de servidores e servidoras. Enquanto isso, pessoas brancas constituem mais de 80% da magistratura e quase 70% dos servidores e das servidoras. Essas são algumas das principais conclusões obtidas pela pesquisa Características do racismo estrutural (re)produzido no Sistema de Justiça: uma análise das discriminações raciais em tribunais estaduais, da 6ª edição da série Justiça Pesquisa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Realizada por um grupo de pesquisadoras e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), a pesquisa baseou-se em entrevistas com membros da magistratura, servidores e servidoras, integrantes do Ministério Público, da Advocacia, da Defensoria Pública e demais operadores do direito, além de observação de audiências e encontros entre esses profissionais.



Claudio Gomes

Do CNMP para o CNJ

Antes de deixar o cargo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), indicou o advogado Rodrigo Badaró para a vaga da Casa no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A indicação tem o aval de vários líderes do Senado, inclusive do provável próximo presidente, Davi Alcolumbre (União-AP). Badaró foi conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por indicação da OAB nacional, e atua como membro do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPDP), designado pelo presidente Lula. A sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a votação da indicação no plenário do Senado será na próxima quarta-feira (11).



Edi Alves/CB/D.A Press

“Eu, que sou de São Paulo, vivo uma situação difícil na questão da criminalidade. Aqui em Brasília, felizmente, podemos tocar as nossas atividades do cotidiano, sem maiores riscos. Devo reconhecer que isso se deve ao trabalho profícuo das polícias Civil e Militar”

Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski



Carlos Moura/CB/D.A Press